

INFÂNCIAS E ADOLESCÊNCIAS: DESAFIOS SEMPRE RENOVADOS PARA A CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO

*Lucas Rossato
Angela Helena Marin*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil

Fabio Scorsolini-Comin

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, Brasil

O desenvolvimento humano é um processo complexo e que pode ser organizado, didaticamente, em estágios, os quais são perpassado por movimentos de continuidade e mudanças que envolvem questões de ordem biológica, cognitiva, emocional e social (Eizirik & Bassols, 2013; Martorell, 2014; Papalia & Martorell, 2022). Ele pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas, a depender do contexto em que os indivíduos estão inseridos, sendo que as transições entre os estágios geralmente são delimitadas pelo desenvolvimento biológico/maturacional, mas, também, pelos papéis assumidos na sociedade relativos a cada cultura (Dessen & Costa Jr., 2005; Rogoff, 2005).

Dentre os estágios do desenvolvimento humano, a infância e a adolescência se caracterizam como períodos significativos, influenciados pelo contexto sócio-histórico, cultural, religioso/espiritual, político, ambiental e econômico (Eizirik & Bassols, 2013; Martorell, 2014; Papalia & Martorell, 2022). Isso significa que essas etapas não são sempre as mesmas e se organizam do mesmo modo nas diferentes sociedades e culturas. Ainda, mesmo que haja uma delimitação relativa à idade, a exemplo do que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), em seu Artigo 2º, que criança é a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade, há outras orientações, sobretudo quando se consideram diferentes contextos. Dito de outro modo, ser criança ou ser adolescente pode ter sentidos distintos em cada contexto analisado. É por essa razão que se fala em infâncias e adolescências, no plural, ponderação cada vez mais assumida nas publicações científicas.

Dessa forma, seria esperado que as múltiplas infâncias e adolescências fossem presentificadas nas práticas profissionais, assim como as implicações da polissemia envolvida na delimitação dessas etapas desenvolvimentais. Nesse sentido, cabe questionar se essa realidade tem sido encontrada nos serviços de atenção a esse público. Compreender os caminhos adotados para o entendimento das infâncias e das adolescências mostra-se, portanto, uma recomendação não apenas oportuna como também recomendada pela ciência do desenvolvimento (Salva et al., 2021).

No cenário brasileiro, deve-se considerar que a infância e a adolescência são estágios singulares que guardam particularidades a depender da região/localização geográfica em que os indivíduos vivem (Lordelo et al., 2002), em uma complexa rede de interseccionalidades. Tal ênfase se faz necessária especialmente em função da amplitude do país, da multiplicidade de culturas, dos diferentes costumes e crenças, dos modos de vida, das sociabilidades, das distintas configurações familiares, entre outros marcadores que podem ser mais ou menos relevantes dentro de cada seara analítica. Assim, mesmo dentro de um só país, podemos, em alguma

medida, discutir a existência de infâncias e adolescências. Ademais, como se tem assinalado, aspectos como disponibilidade, acesso, quantidade e qualidade de bens e serviços, recursos educacionais, saneamento, moradia, alimentação, mobilidade, esportes, lazer, tecnologias, meios de comunicação, entre outros, também interferem no curso de vida. Outros elementos como hereditariedade, ambiente familiar e contexto de inserção social, etnicidade, condições econômicas, religiosidade/espiritualidade, por exemplo, também atuam diretamente sobre as condições de vida e desenvolvimento e devem ser considerados.

As múltiplas formas de ser criança e adolescente têm sido contempladas pelas pesquisas nacionais (Andrade & Pacheco, 2016; Leite, 2018; Manfroi, 2019). É por meio das interações que se estabelecem com outros indivíduos e com os eventos do contexto social, que constituem suas histórias pessoais e seus modos de ser e estar, que diferentes vivências terão repercussões nas etapas desenvolvimentais posteriores (Aspesi et al., 2005).

Nesse ínterim, é necessário mencionar que o Brasil ainda conta com uma importante parcela da população infantojuvenil em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, mesmo que se observem influências normativas, definidas como eventos biológicos e/ou ambientais que afetam a maioria dos indivíduos de uma sociedade, há que se considerar as influências não normativas, que atingem apenas alguns deles (Martorell, 2014). Entre as influências não normativas que interferem na vida de crianças e adolescentes estão as situações de exposição e vitimização por maus-tratos, pelas diferentes formas de violência, negligência e abandono.

A violência empreendida contra crianças e adolescentes, mais do que qualquer outro tipo de violência, tem um impacto profundo pelo fato de que esse público está em condição peculiar de desenvolvimento, uma vez que depende do cuidado de seus pais, cuidadores, familiares, poder público e sociedade (Nunes & Sales, 2016). Os efeitos causados serão variáveis, a depender da intensidade, do tempo de duração e da forma como são perpetrados (Rossato et al., 2018).

Os elementos apresentados, embora não cotejem toda a diversidade existente nos mais variados cenários brasileiros, assinalam as infâncias e as adolescências como períodos desafiadores, indicando que eles precisam ser melhor endereçados nas pesquisas com esses públicos, sob o risco do reforçamento de noções tradicionais e cristalizadas sobre o que é ser criança e ser adolescente, interditando sentidos que fujam a essa norma (Scorsolini-Comin et al., 2022). Também o ensino de Psicologia do Desenvolvimento precisa ser repensado criticamente para abarcar esses movimentos que ultrapassam os recortes etários por vezes sugeridos em grandes manuais produzidos no exterior e que desconsideram as pluralidades aqui referidas.

A ciência do desenvolvimento vem sendo revisitada e convidada a se engajar mais ativamente nos atravessamentos políticos e sociais que promovem ou não o desenvolvimento, a superação de abordagens exclusivamente individuais e a ruptura com posicionamentos colonialistas e eurocentrados, os quais não abarcam a pluralidade que tem sido assinalada: para a compreensão e a intervenção junto às infâncias e às adolescências, é mister que essas reflexões sejam, de fato, assumidas, corporificadas e endereçadas. Isso deve ser empreendido desde o processo formativo, passando pelas esferas da atenção, do cuidado e das práticas profissionais. As infâncias e as adolescências que serão estudadas e com as quais iremos intervir podem sempre ser outras, demandando uma atenção e uma criticidade constantes em todo o nosso fazer.

REFERÊNCIAS

- Andrade, S. S., & Pacheco, T. S. C. (2017). Infâncias e crianças ribeirinhas da Amazônia Marajoara: Linguagens e práticas culturais. *@rquivo Brasileiro de Educação*, 4(9), 104-116. <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2016v4n9p104>

- Aspesi, C. D. C., Dessen, M. A., & Chagas, J. F. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: Uma perspectiva interdisciplinar. In M. A. Dessen, & A. L., Costa Jr. (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 19-36). Artmed.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.* Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
- Dessen, M. A., & Costa Jr., A. L. (Org.) (2005). *A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras.* Artmed.
- Eizirik, C. L., & Bassols, A. M. S. (2013). *O ciclo da vida humana: Uma perspectiva psicodinâmica.* Artmed.
- Leite, J. O. (2018). *Ser criança camponesa no Cerrado.* [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília.
http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/32255/1/2018_JaciaraOliveiraLeite.pdf
- Lordelo, E. R., Carvalho, A. M. A., Koller, S. H., & Carvalho, A. M. (2002). *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento.* Edufba e Casa do Psicólogo.
- Manfroi, M. N. (2019). Nas artesanias de ser criança em um santuário ecológico-Pantanal (MS). [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215470>
- Martorell, G. (2014). *O desenvolvimento da criança: Do nascimento à adolescência.* AMGH Editora.
- Nunes, A. J., & Sales, M. C. V. (2016). Violência contra crianças no cenário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 871-880. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.08182014>
- Harris, N., & Bucci, M. (2018). Systematic review of pediatric health outcomes associated with childhood adversity. *BMC Pediatrics*, 18(1), 83. <https://doi.org/10.1186/s12887-018-1037-7>
- Papalia, D. E., & Martorell, G. (2022). *Desenvolvimento humano.* 12 ed. Artmed.
- Rogoff, B. (2005). *A natureza cultural do desenvolvimento humano.* Artmed.
- Rossato, L., Santeiro, T. V., Barroso, S. M., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Perfil de atendimentos psicológicos em contextos de violência sexual infantojuvenil: revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 11(3), 297-309.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822018000300003&script=sci_arttext
- Salva, S., Schütz, L. W., & Mattos, R. S. (2021). Decolonialidade e interseccionalidade: Perspectivas para pensar a infância. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 7(1), 160-178.
<https://doi.org/10.9771/cgd.v7i1.43546>
- Scorsolini-Comin, F., Dutra-Thomé, L., Frizzo, G. B., & Rabelo, D. F. (2022). É preciso renovar a esperança: intervenções em Psicologia do Desenvolvimento no Brasil - lacunas, possibilidades e convites. *Revista da SPAGESP*, 23(2), 1-5.
<https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n2a1>

Sobre os autores:

Lucas Rossato é Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Universidade de São Paulo e Pós-Doutorando pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editor Adjunto da Revista da SPAGESP.

Angela Helena Marin é Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento e da Personalidade e pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fabio Scorsolini-Comin é Doutor e Livre-Docente em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professor Associado do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica e ao Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem, ambos da USP. Editor Chefe da Revista da SPAGESP.

Correspondência: revistaspagesp@nesme.com.br